EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ^a VARA CÍVEL DO FORO
(nome completo), (nacionalidade),
(nacionalidade), (riacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da cédula de identidade
RG nº, inscrito no CPF/MF sob nº, residente à
(endereço completo: rua [av.], nº, complemento, bairro,
cidade, CEP, UF), por seu Advogado constituído nos termos
do incluso instrumento de mandato (doc) e ao final assinado, com escritório
profissional à (endereço completo: rua [av.], nº
complemento, bairro, cidade, CEP, UF), vem
respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência propor
respellosamente a nomosa presença de vossa Excelencia propor
AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
em face de (nome completo), (nacionalidade),
(estado civil), (profissão), portador da cédula de identidade RG nº
e inscrito no CPF/MF sob nº, residente à
(endereço completo: rua [av.], nº, complemento, bairro,
cidade, CEP, UF), pelos motivos que passa a expor, e, ao final,
requer:
1. O Autor adquiriu um veículo (marca), ano,
placas, da concessionária (nome da revendedora) de

propriedade do Réu, em (dia, mês e ano), mediante contrato que previa a transferência definitiva do veículo quando (descrever a situação).

Decorrido o prazo avençado no contrato, o Autor foi buscar o documento hábil – a transferência de propriedade no órgão de trânsito – e recebeu a negativa do Réu, que alegou (descrever a situação informando como o Réu está com a posse do bem e em que circunstâncias ocorreram).

2. A atitude do Réu está descoberta de guarida, legal ou judicial, sendo a retenção, no caso presente, esbulho, o que fere o direito do autor.

A lei ampara a pretensão do Autor, inclusive quanto à concessão liminar de medida judicial.

Assim, requer a concessão imediata da reintegração de posse, mediante liminar para que seja entregue o veículo até o deslinde final da demanda.

Requer a citação do Réu, para todos os atos e termos do processo, cientificado de que em não o fazendo serão tidos como verdadeiros todos os fatos alegados pelo Autor, e, após tramitação legal, seja a medida provisória tornada definitiva.

Requer, ainda, a condenação do Réu, nas custas processuais e honorários de advogado arbitrados por Vossa Excelência.

Por fim, requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal do Réu, sob pena de confissão e revelia, oitiva de testemunhas, expedição de ofícios e precatórias que se fizerem necessárias bem como demais se tornem pertinentes.

Dá-se à causa o valor de R\$ (valor por extenso).

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
dededede
Advogado (nome) OAB/ nº